

Políticas Públicas e o Desenvolvimento da Ciência

Karine Dalazoana
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Karine Dalazoana

(Organizadora)

**Políticas Públicas
e o Desenvolvimento da Ciência**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas e o desenvolvimento da ciência [recurso eletrônico]
/ Organizadora Karine Dalazoana. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-95-6

DOI 10.22533/at.ed.956180512

1. Ciência – Estudo e ensino – Brasil. 2. Ciência – Aspectos
sociais. 3. Ciência – Política e governo. I. Dalazoana, Karine.

CDD 303.483

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne modernos textos acerca da temática políticas públicas e desenvolvimento da ciência, traduzindo os resultados de pesquisas que vem sendo desenvolvidas em instituições de ensino superior e pesquisa por todo o Brasil.

Por se tratar de um tema amplo, dotado de uma infinidade de vieses, optou-se por utilizar seções temáticas, as quais facilitam a apresentação dos temas em áreas do conhecimento.

A primeira seção trata das diversas acepções e representações acerca da educação pública, com destaque especial ao ensino de ciências. Os textos versam sobre temáticas que vão da experimentação científica, permeando pelas aulas em campo e visitas técnicas, práticas vivenciais até findar no aspecto do aproveitamento escolar e na intervenção pedagógica.

A segunda seção concentra estudos de caráter experimental relacionados à microbiologia. Os temas englobam estudos de comportamento microbiano, antibiose e a utilização dos microrganismos no monitoramento ambiental.

A terceira seção se ocupa de estudos em bioquímica, especialmente voltados ao consumo e manufatura de alimentos, assim como finaliza com um estudo sobre o comportamento físico-químico de materiais naturais e sintéticos.

Na quarta seção tem-se um apanhado sobre as diversas estratégias em saúde coletiva desenvolvidas nos setores públicos e privados do País. Desse modo, têm-se discussões sobre saúde ocupacional e posteriormente acerca da saúde mental, voltadas para o aspecto da depressão e da ansiedade.

A quinta seção versa sobre estudos em ecobiologia e estratégias de gestão sustentável do meio ambiente, na qual os capítulos permeiam os aspectos mais diversos da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Trazendo estudos em entomologia, conservação da natureza, impactos socioambientais, agroecologia, ecologia vegetal e construções sustentáveis.

Na sexta seção são apresentados textos sobre tecnologia da informação e inovação tecnológica. Os capítulos tratam sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas inovadoras para facilitar tanto o aprendizado científico quanto as atividades cotidianas em áreas diversas do conhecimento.

A sétima seção traz um compêndio sobre gestão democrática e participação popular, na qual são apresentados textos sobre gestão escolar democrática, gestão em saúde, participação popular e gestão de custos.

Na oitava seção têm-se alguns estudos sobre representação visual, políticas públicas e o discurso racional. Os textos permeiam entre a autorrepresentação, iconografia, razão, direito e literatura.

Por fim, na nona seção, são apresentados estudos sobre mobilidade urbana, de modo a demonstrar diagnósticos e estratégias de melhoria à mobilidade em cidades brasileiras.

Espera-se que o leitor encontre informações atuais, contextualizadas com a realidade das diversas regiões brasileiras e, além disso, estudos modernos que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas e da ciência no Brasil.

Karine Dalazoana

SUMÁRIO

SEÇÃO I

POLÍTICAS PÚBLICAS, REPRESENTAÇÕES E ENSINO DE CIÊNCIAS

CAPÍTULO 1	1
VISITAS TÉCNICAS: RELEVANTE FERRAMENTA DIDÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Evandro Bacelar Costa</i>	
<i>Sárvia Rafaelly Nunes Santos</i>	
<i>Thaciane Lareska Vaz Sousa</i>	
<i>Alberto Alexandre de Sousa Borges</i>	
<i>Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805121	
CAPÍTULO 2	10
CARAVANA CIENTÍFICA: AVALIAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO	
<i>Clemilda Figueredo Nascimento Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805122	
CAPÍTULO 3	16
HORTA ESCOLAR ORGÂNICA COMO LABORATÓRIO PARA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA	
<i>Ítala Lorena de Lima Ferreira</i>	
<i>Raildo de Souza Torquato</i>	
<i>Juliana Ferreira Calfas</i>	
<i>Vanesse do Socorro Martins de Matos</i>	
<i>Augusto Izuka Zanelato</i>	
<i>Ademir Castro e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805123	
CAPÍTULO 4	23
O EXPERIMENTO “LABIRINTO ELÉTRICO” COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ELETRICIDADE	
<i>Honório Pereira da Silva Neto</i>	
<i>Yara Maria Resende da Silva</i>	
<i>Miguel Henrique Barbosa e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805124	
CAPÍTULO 5	30
DESCARTE DE RESÍDUOS EM AULAS DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Julia Carneiro Romero</i>	
<i>Wesley Nascimento Guedes</i>	
<i>Fábio Alan Carqueija Amorim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805125	
CAPÍTULO 6	47
A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA CONEXÃO AQUARELA SOBRE O ENSINO DA QUÍMICA: PRESSUPOSTOS E DELIBERAÇÕES	
<i>Juliana Pereira Fadul</i>	
<i>Nicole Karen Vasconcelos Varela da Silva</i>	
<i>Ineval Borges dos Santos Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805126	

CAPÍTULO 7 54

CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM
RELAÇÃO AO CONCEITO CIENTÍFICO DE LIPÍDIOS

Raquel Miranda de Souza Nogueira Sampaio

Rodrigo Maciel Lima

DOI 10.22533/at.ed.9561805127

CAPÍTULO 8 70

PET LICENCIATURAS E A EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO DISCENTE NO PROJETO A CIÊNCIA FEMININA

Ana Cristina de Sousa

Ana Luísa Santos de Carvalho

Giulia de Oliveira Pinheiro

Glêvia Ferraz Bezerra

Kelly Karoline Sena dos Santos

Lorena Savazini

Mateus Santos Carapiá

Ubiratam Gomes dos Santos Júnior

Wallace Rezende Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.9561805128

CAPÍTULO 9 83

REPROVAÇÃO X APROVAÇÃO: QUANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA FAZ A DIFERENÇA

Janis Helen Vettorazzo

DOI 10.22533/at.ed.9561805129

SEÇÃO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM MICROBIOLOGIA

CAPÍTULO 10 94

ANÁLISE DA SUSCETIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS DE BACTÉRIAS VEICULADAS POR FORMIGAS EM
AMBIENTE NOSOCOMIAL

Jéssica Karine Távora de Sousa

Gleciane Costa de Sousa

Francilene de Sousa Vieira

Gizelia Araújo Cunha

Francisco Laurindo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051210

CAPÍTULO 11 104

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE SOBRES DE ALIMENTOS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Karine Barbosa de Menezes

Rodrigo César de Moura Castro Alves

Milena de Castro Fernandes

Laudilse de Moraes Souza

Maria Cristina Delgado da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051211

CAPÍTULO 12 109

EFEITO ANTIMICROBIANO DE EXTRATOS VEGETAIS EM BACTÉRIAS PRODUTORAS DE β - LACTAMASES DE
ESPECTRO ESTENDIDO

Gizelia Araújo Cunha

Francilene de Sousa Vieira

Gleciane Costa de Sousa

João Alberto Santos Porto

Jéssica Karine Távora de Sousa

Francisco Laurindo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051212

CAPÍTULO 13..... 123

MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS COLIMÉTRICAS DOS RIOS CAPIVARI E BACAXÁ NA REGIÃO DOS LAGOS - RJ

Priscila Gonçalves Moura
Antônio Nascimento Duarte
Lucianna Helene Silva dos Santos
Adriana Sotero-Martins

DOI 10.22533/at.ed.95618051213

SEÇÃO III

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM BIOQUÍMICA

CAPÍTULO 14..... 136

DETECÇÃO DE AGLUTININAS NA CASCA E AMÊNDOA DE COIX LACRYMA-JOBI

Maurício Oliveira Paixão
Silvana Braga da Silveira
Wagner Pereira Félix

DOI 10.22533/at.ed.95618051214

CAPÍTULO 15..... 141

ANÁLISE DO PH DA ÁGUA CONSUMIDA POR FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DO IFBA – BARREIRAS

Tatielly de Jesus Costa
Josilene Rosa Sobral
Lilian Karla Figueira da Silva
Alexandre Boleira Lopo

DOI 10.22533/at.ed.95618051215

CAPÍTULO 16..... 146

AValiação DOS ÍNDICES DE ACIDEZ E PERÓXIDOS DO ÓLEO DE SOJA UTILIZADO EM FRITURAS DE ALIMENTOS COMERCIALIZADOS NO CENTRO DA CIDADE DE ILHÉUS-BA

Marina Santos de Jesus
Luana Santos Moreira
Floriatan dos Santos Costa
Clissiane Soares Viana Pacheco
Fábio Alan Carqueija Amorim

DOI 10.22533/at.ed.95618051216

CAPÍTULO 17..... 159

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE COMPÓSITOS REFORÇADOS COM TECIDOS DE ALGODÃO E NYLON

Marcos Lopes Leal Júnior
Marcos Massao Shimano

DOI 10.22533/at.ed.95618051217

SEÇÃO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EM SAÚDE

CAPÍTULO 18..... 171

“INVESTIMENTOS” EM SAÚDE DO TRABALHADOR: ENTRE A OBRIGAÇÃO LEGAL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

José Tenório dos Santos Neto
Ana Virgínia Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051218

CAPÍTULO 19..... 182

GERENCIANDO O RISCO ASSISTENCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CLÍNICA: PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP)

Tatiana Rosa do Carmo

Thaís Almeida de Paula

Sebastião Ezequiel Vieira

DOI 10.22533/at.ed.95618051219

CAPÍTULO 20..... 186

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS A SINTOMAS DE ANSIEDADE EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Gabriela Sales dos Santos

Samara Carolina Rodrigues

Alessandra Santos Sales

Paulo da Fonseca Valença Neto

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Icaro José Santos Ribeiro

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051220

CAPÍTULO 21..... 194

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Samara Carolina Rodrigues

Gabriela Sales dos Santos

Alessandra Santos Sales

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051221

SEÇÃO V

ESTUDOS EM ECOBIOLOGIA E ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

CAPÍTULO 22..... 203

IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE COLEÓPTEROS DEPOSITADOS NAS COLEÇÕES ENTOMOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, CAMPUS IX

Adriana Gonçalves Barbosa

Juliana Luiz dos Santos

Diany dos Santos Ibiapina

Greice Ayra Franco-Assis

DOI 10.22533/at.ed.95618051222

CAPÍTULO 23..... 208

VALORAÇÃO ECONÔMICA DA DEGRADAÇÃO DO CERRADO: O CASO DO PEQUI (CARYOCAR BRASILIENSE CAMB.)

Amanda Ferreira Andrade

Humberto Ângelo

DOI 10.22533/at.ed.95618051223

CAPÍTULO 24 216

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELAS CONSTRUÇÕES INADEQUADAS NO MUNICÍPIO DE
GUANAMBI-BA

Ana B. M. Guimarães

Nicole S. Malheiros

Vitoria L. Fernandes

Indira T. L. Rego

Hudson A. Costa

DOI 10.22533/at.ed.95618051224

CAPÍTULO 25 219

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM SC: ENTRAVES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES

Rafael Dantas Dias

DOI 10.22533/at.ed.95618051225

CAPÍTULO 26 236

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO,
CANDIBA-BA

Brisa Ribeiro de Lima

Elcivan Pereira Oliveira

Enok Pereira Donato Júnior

Felizarda Viana Bebé

Priscila Alves Lima

DOI 10.22533/at.ed.95618051226

CAPÍTULO 27 241

USO DA TOPOGRAFIA EM LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO PARA A MEDIÇÃO DE ALTURA DE ÁRVORES ARBÓREAS

Francisco Almeida Ângelo

Davi Rodrigues Silva

Barbara Rodrigues Gusmão

Ivanildo Antônio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051227

CAPÍTULO 28 249

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DA VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE FÔRMAS DE
POLIPROPILENO EM COMPARAÇÃO A FÔRMAS DE MADEIRA

Alberto de Sousa Mol

Brenda Fernanda Araújo Maia

Bruno Dutra Vidigal

Helton Gonçalves Silva Junio

DOI 10.22533/at.ed.95618051228

SEÇÃO VI

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

CAPÍTULO 29 258

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR A APRENDIZAGEM DAS LEIS DE MENDEL

Fernanda da Silva Vieira

Beatriz Bezerra De Souza

Emídio José de Souza

Gustavo Soares Vieira

Wilza Carla Moreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051229

CAPÍTULO 30 265

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA AUXILIO NO ENSINO DA TEORIA DAS CORES

Helder Gualberto Andrade Rodrigues Junior

Fabio Luiz Sant'Anna Cuppo

DOI 10.22533/at.ed.95618051230

CAPÍTULO 31 274

DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE STEWART PARA SIMULAÇÃO DE MONTAGEM DE BLOCOS DE EMBARCAÇÃO EM LABORATÓRIO

Janaína Ribas de Amaral

Roberto Simoni

DOI 10.22533/at.ed.95618051231

CAPÍTULO 32 288

INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES PARA AUTOMATIZAR RESERVAS DE VIAGENS: UMA ABORDAGEM USANDO PADRÕES

Edinaldo Gaspar da Silva

Fabricia Roos Frantz

Rafael Z. Frantz

DOI 10.22533/at.ed.95618051232

SEÇÃO VII

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO 33 299

A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DOS CONSELHOS ESCOLARES: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ÉRICO CARDOSO – BAHIA

Kleonara Santos Oliveira

André Lima Coelho

Martha de Cássia Nascimento

Arthur Prado Netto

DOI 10.22533/at.ed.95618051233

CAPÍTULO 34 304

ESTUDO DO CONSELHO DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE INTEGRANTE DA RIDE-DF

Thayna Karoline Sousa Silva

Mariana Sodario Cruz

Danylo Santos Silva Vilaça

DOI 10.22533/at.ed.95618051234

CAPÍTULO 35 315

10ENVOLVER: FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CINCO MUNICÍPIOS DE MENOR IDH-M DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Valéria Cristina da Costa

Leonel de Oliveira Pinheiro

Luís Ricardo de Souza Corrêa

Patrícia Jeane Queiroz de Souza

Anne Raquel Queiroz Souza

Artemiza Oliveira Souza

Carlos Daniel Ribeiro Santos

Deliene Fracete Gutierrez

Eliana Batista dos Santos

Eliete Ramalho Gomes

Gresiane Soares Lima
Juliana Lemes da Cruz
Kátia Maria da Silva
Leonardo de Oliveira Pinheiro
Mayne Luísa Silva Veronesi
Nacip Mahmud Láuar Neto

DOI 10.22533/at.ed.95618051235

CAPÍTULO 36 331

METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA IFES: O CASO DA UFAL

Lucas Silva De Amorim
Lílian Gabriela Pontes Rolim
Anderson De Barros Dantas

DOI 10.22533/at.ed.95618051236

SEÇÃO VIII

REPRESENTAÇÃO VISUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DISCURSO RACIONAL

CAPÍTULO 37 342

DO AUTORRETRATO A SELFIE: A CARICATURA DO EGO

Virgínia De Fátima De Oliveira E Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051237

CAPÍTULO 38 344

ICONOGRAFIA VISUAL NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA: AS OBRAS DE ARTES NO ESTUDO DE ARIÈS

Mayelle da Silva Costa
Alexandre Silva dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.95618051238

CAPÍTULO 39 359

OS ERROS DA RAZÃO OCIDENTAL NO CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS, DE F.W. NIETZSCHE

Adolfo Miranda Oleare

DOI 10.22533/at.ed.95618051239

CAPÍTULO 40 369

DIREITO E LITERATURA: DA UNIVERSIDADE PARA A ESCOLA

Conceição Aparecida Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.95618051240

SEÇÃO IX

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE URBANA

CAPÍTULO 41 384

TAXA DE MOBILIDADE DE SALVADOR; UM ESTUDO DE CASO DO IMBUI PARA O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Anamaria Miguez Martinez de Souza
Jancarlos Menezes Lapa
Lavínia Carmo
Júlia Nunes Ramos
Naiara Epitáfio Silva
Lorena Rocha Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.95618051241

CAPÍTULO 42 393

TRÂNSITO ACESSÍVEL: UMA TECNOLOGIA PARA A HUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS

Karla Rocha Carvalho Gresik Renato Barreto

Gonzaga

Bruno Raí Santos Silva

Getílio Pereira Dias Junior Catilene Souza

Florêncio Sampaio Mariana de Oliveira Neres

DOI 10.22533/at.ed.95618051242

SOBRE A ORGANIZADORA 406

“INVESTIMENTOS” EM SAÚDE DO TRABALHADOR: ENTRE A OBRIGAÇÃO LEGAL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

José Tenório dos Santos Neto

Faculdade Maria Milza - FAMAN

Governador Mangabeira – Bahia

Ana Virgínia Pereira dos Santos

Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC

Feira de Santana - Bahia

RESUMO: Em um mundo globalizado onde não existem fronteiras entre as empresas, a competitividade é cada vez maior. As pessoas, por fazerem parte desta realidade são os principais agentes de mudanças e, por consequência, trabalham sob pressões de prazos e metas, vivem em ritmo de trabalho acelerado, são competidores entre si e precisam estar cada vez mais capacitadas para o mundo profissional. Diante das exigências laborais contemporâneas, a saúde do empregado necessita de atenção. O presente trabalho apresenta, enquanto elemento de investigação, um questionamento sobre a percepção da Indústria de calçados localizada em Cruz das Almas - Bahia, quanto ao dispêndio de recursos em saúde do trabalhador. Como objetivo geral verificou-se quais as formas de investimento em saúde do empregado estavam sendo feitas nesta indústria. Foi utilizado enquanto procedimento metodológico um estudo de caso. Para a sua realização foi desenvolvida uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa

sobre o tipo de “investimento” atual em saúde do trabalhador, com aplicação de questionários semiestruturados junto aos costureiros e gestores. Quanto aos resultados do estudo, foram obtidos através de uma comparação entre os cuidados com o trabalhador na atividade laboral e as obrigações legais.

PALAVRAS-CHAVE: Satisfação profissional. Bem-estar no trabalho. Valorização do trabalhador. Legislação.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão sobre saúde do trabalhador é contínua, mas é necessário ter a mesma intensidade na prática. As empresas precisam apresentar uma preocupação na mesma amplitude da discussão teórica, sendo indispensável o cuidado com a saúde dos seus funcionários.

Segundo Chiavenato (2010), as pessoas são mais importantes nas organizações e mais valiosas do que qualquer bem material. Reconhecer que o trabalhador tem esse valor é, pelo menos, atentar-se para os cuidados que a sua saúde requer.

Manter um ambiente de trabalho em perfeito estado, com empregados saudáveis, sem deixá-los em segundo plano, é um desafio

para as empresas. Conforme descreve Dutra (2012), os conceitos e práticas são eficientes para gerar compromisso do empregado com o trabalho e/ou negócio, obtendo o máximo rendimento dele, mas a instituição não consegue sustentar seu discurso moderno de gestão.

Para que esta relação tenha êxito, torna-se importante avaliar como as empresas estão cuidando dos empregados e quais investimentos estão sendo feitos neste sentido. Dutra (2012), ainda ressalta que se os trabalhadores não forem estimulados e apoiados, não irão priorizar a reflexão sobre seu desenvolvimento, e conseqüentemente isso reflete na sua saúde.

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a percepção da Indústria quanto ao dispêndio de recursos em saúde do trabalhador. Quem tem por objetivo geral verificar quais formas de investimento em saúde do empregado que estão sendo feitas na empresa. E como objetivos específicos: (1) investigar as razões que motivaram a empresa a fazer esses investimentos; (2) identificar as ações relacionadas à saúde do empregado, comparando-as com as exigências legais; e (3) verificar a satisfação do trabalhador com relação a estes cuidados.

A RELEVÂNCIA DO AMBIENTE DE TRABALHO NA VIDA DAS PESSOAS

O local de trabalho faz parte da vida do profissional, pois nele as pessoas passam parte de sua vida. Dada importância, o empregado precisa de um ambiente agradável e de condições favoráveis para a execução de suas tarefas, e assim, produzir de forma satisfatória. Para Carvalho (2012), o trabalho em si é um fator extremamente importante para a saúde das pessoas, promovendo a realização individual em vários níveis, mas, por outro lado, pode construir fator que desencadeia uma série de problemas físicos e psíquicos.

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no artigo 157, nos incisos de I a IV, cabe à empresa cumprir as normas de segurança e medicina no trabalho, instruir os empregados, adotar as medidas determinadas pelos órgãos competentes e facilitar a fiscalização.

Ter uma atmosfera sadia, onde se realiza as atividades, é indispensável para uma boa produtividade sem causar danos à saúde do empregado. O processo de higiene no trabalho envolve tanto a análise quanto o controle das condições que as empresas influenciam o comportamento humano (CARVALHO; NASCIMENTO; SERAFIM, 2012)

Segundo Chiavenato (2009, p. 338): "Segurança e Higiene do Trabalho ainda são atividades interligadas que repercutem diretamente sobre a condição da produção e sobre o moral dos empregados."

Para Freire (2008) e Magalhães (2013) o ambiente de trabalho é visto como um meio social favorável à boa saúde do trabalhador, contribui para suas realizações mas, pode se transformar em um local pré-patogênico – com todos os fatores de risco

para o desenvolvimento de doenças ocupacionais e, desse modo, se negligenciado, dar uma conotação de desvalorização profissional por parte da empresa. Portanto, os responsáveis pelo ambiente de trabalho devem ter ciência desses dos fatores envolvidos nas atividades laborais visando evitar os desconfortos comentados pelos autores.

AMBIENTE DE TRABALHO E A SAÚDE DOS TRABALHADORES

O ambiente competitivo exige das empresas um bom desempenho produtivo para a permanência no mercado que, por sua vez, colocam os empregados em um cenário de concorrência. Deste modo, um processo de produção que requer o máximo de desempenho dos empregados em um local que não oferece uma condição confortável de realização das tarefas, causa um efeito negativo na saúde destes.

Na percepção de Freire (2008), o trabalho no seu novo entendimento e significação pós-revolução industrial passa a repercutir profundamente no modo de vida das pessoas e, por conseguinte, a proporcionar um impacto forte sobre a saúde mental dos trabalhadores.

Silva, Oliveira e Zambroni-de-Souza (2011) concordam que é exigido o máximo das potencialidades físicas e mentais de todos os profissionais para manter os níveis de produção. Eles também admitem que para que as metas sejam atingidas são oferecidos diversos meios, portanto, o esforço das empresas e dos trabalhadores além da fabricação de produtos em quantidade e qualidade para exportação, produz também riscos à saúde dos profissionais. Ao realizarem uma pesquisa num setor industrial no Estado da Paraíba, os autores citados concluíram que as condições laborais têm deixado um contingente expressivo de operários com doenças provocadas pelo trabalho.

De acordo com a Cartilha de Ergonomia na Indústria Calçadista (2011), é indispensável levar em consideração a visão ergonômica, tendo como base moldar o trabalho ao indivíduo para lhe proporcionar uma conjuntura de bem-estar e não o homem ao trabalho, exaurindo assim sua capacidade.

Assim, em situações de atividades que exigem o máximo das pessoas, uma empresa deve tomar medidas que adapte o trabalho às condições físicas e emocionais dos empregados. Lara (2011, p. 80) destaca: “a competitividade entre os próprios trabalhadores por um posto de trabalho gera angústia e ansiedade, o que faz aumentar as tensões psicológicas e pode acarretar distúrbios mentais e lesões”.

Conforme Maximiano (2004), as teorias motivacionais se preocupavam fortemente com as pessoas sem discutir abertamente o *stress*, para Dessler (2005), as implicações são várias, tanto para o funcionário quanto para a empresa, cabendo à organização buscar a solução para resolver os problemas ou minimizá-los.

No momento da realização da atividade pode-se parecer que tudo está em perfeita ordem; porém, Maximiano (2004) admite que, ao *stress* podem ser acrescentados

às atividades que exigem fatigante esforço físico, ou que são alienantes, ou se são realizadas em um ambiente de tensão, também causam efeitos psicológicos negativos, mesmo que a pessoa não apresente nenhum sintoma que demonstre preocupação com sua saúde.

Dutra (2012) ainda acrescenta os efeitos perversos da Gestão de Pessoas e propõe que eles têm que ser evitados, como por exemplo, a exploração do trabalhador. As abordagens de Maximiano (2004), Lara (2011) e Dutra (2012) são determinantes para desencadear um pensamento de condições de trabalho melhores para a preservação da saúde no trabalho.

A ética baseada na qualidade de vida no trabalho busca identificar e eliminar todos os tipos de riscos ocupacionais. De acordo Maximiano (2004), isso envolve desde segurança do ambiente físico até o controle dos esforços físico e mental que se requer para cada atividade. A relação produção/saúde do trabalhador deve ser harmoniosa, na qual a visão produtiva busca manter o empregado em plena condição de trabalho. Para isso, é indispensável que este esteja bem, e isso somente será possível se sua saúde física, mental, psicológica estiver em zelo.

Conforme Vieira (2009), Dias; Lacerda e Silva (2013), A preocupação na relação de trabalho deve ser em garantir da realização das atividades com maior segurança possível para o trabalhador, mantendo e promovendo o grau de bem-estar físico.

OBRIGATORIEDADE LEGAL COM A SAÚDE DO TRABALHADOR

O zelo por um recinto saudável para proporcionar boas condições laborais é visto como um dos principais fatores positivos para as pessoas na empresa. Neste contexto, a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) traz uma série de medidas preventivas comprovando essa necessidade. A Constituição Federal de 1988 (CF 88), no artigo 196, 197 e 200, exprime o direito de todos à saúde e o dever do Estado de garantir medidas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação da saúde, cabendo ao Poder Público, nos termos da lei, sua regulamentação, fiscalização e controle. E também executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador (BRASIL, 1988).

Pereira (2014) ratifica que a legislação atual garante as condições mínimas de segurança e higiene ao ambiente de trabalho e mesmo assim, um grande número de empresas de pequeno e médio porte negligencia as normas.

Para Algranti e Chiavegatto (2013), o Estado é altamente ineficiente, deixando um vazio na aplicação deste dever, sendo preciso o Ministério Público (MP) e os Tribunais Regionais de Trabalho (TRT's) atuarem, unicamente porque não existem outras instâncias para recorrer. Nesta conjuntura entra a proteção social, estabelecida mediante as legislações trabalhistas, para enfrentar o desgaste da força de trabalho, as quais respondem amplamente pela necessidade do Estado de organizar a economia,

intercedendo nos conflitos entre o capital e o trabalho no âmbito da produção industrial (AMARAL; FERREIRA, 2014). Mesmo com essa ineficiência do Estado, admitida pelos autores, no acompanhamento e aplicabilidade das leis, é inegável a importância da legislação visando à proteção do empregado.

Nesse conjunto de normas estão a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA, e o uso de Equipamento de proteção individual (EPI) obrigatório em qualquer situação enfatizados no artigo 57 da CLT, cabendo à empresa e aos empregados cumprir esses preceitos.

Em consonância com as medidas de saúde no trabalho, o MTE através da Portaria nº 24, de 29 de dezembro de 1994, instituiu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, (PCMSO), relacionado com assistência médica preventiva, exigindo exames médicos pré-admissionais, exame médico periódico, exame de retorno ao serviço, caso ocorra afastamento por mais de 30 dias, exame para mudança de função, entre outros. Contudo, é possível que a falta de conhecimento faça com que relações de emprego às vezes passem por dificuldades. Cabe às organizações e trabalhadores conhecerem seus direitos e deveres, assim de forma mais conveniente ambos podem lograr seus objetivos.

2 | METODOLOGIA

Nesse capítulo será apresentada a abordagem metodológica que possibilitou a exequibilidade da pesquisa. Desse modo, a metodologia descreve o percurso norteador do trabalho, identificando o tipo e o *lôcus* da pesquisa, os instrumentos de coleta e análise de dados.

Para a realização do estudo de caso, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter descritivo sobre as formas de investimentos que esta indústria faz em saúde do trabalhador. Uma vez que permite observar, registrar, analisar e correlacionar fatos sem manipulá-los, descrevendo, assim, o objeto de investigação. Cervo e Bervian (2002) destacam que os estudos descritivos, podem favorecer pesquisas mais amplas e completas, devido à formulação esclarecida do problema e da hipótese como tentativa de solução.

O trabalho foi caracterizado como pesquisa qualitativa, por se preocupar nas ciências sociais quando o nível da realidade não pode ser quantificado. Assim ela trabalha com um mundo de significado, valores, motivos, crenças, aspirações e atitudes equivalentes a um ambiente aprofundado das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.

O *lôcus* da pesquisa incide sobre uma indústria de calçados com 840 funcionários. Fabricante de calçados para o público infantil, e pioneira no desenvolvimento de estudos científicos sobre o calçado ideal para as crianças, através da tecnologia *Fisioflex*, 1 desenvolvida pela empresa”. A empresa tem como Visão ser uma marca mundial,

como Missão de estar presente na geração do futuro, e como Valores desenvolver e manter empatia com o cliente, funcionários, gestão para resultados, inovação e aprendizagem, transparência e credibilidade, agilidade e simplicidade.

A Indústria está Localizada no Município de Cruz das Almas – BA, com uma extensão territorial registra 145,742 Km², apresentando densidade demográfica de 402,12 hab/km², Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* a preços correntes em 2012, de R\$ 8.961,02 e um número de empresas atuantes de 1.338, com 10.596 pessoas assalariadas e um total de 12.186 pessoas ocupadas, com salário médio mensal de 2,3 salários mínimos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) em 2010 era de 0,699. (IBGE, 2015).

Para a coleta de dados da pesquisa, foi feito um questionário com perguntas semiestruturada para 4 gestores e 26 costureiros da fábrica 1 da indústria. Segundo Marconi e Lakatos (2005), questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por várias perguntas ordenadas, para serem respondidas por escrito sem a presença do entrevistador.

Toda pesquisa é realizada com base numa população/universo e em amostras. Conforme Marconi e Lakatos (2005), população ou universo é o conjunto dos seres animados ou inanimados totais que apresentam pelo menos uma característica em comum. Já amostra só ocorre quando a pesquisa não for censitária, surgindo a necessidade de analisar apenas parte dessa população. Portanto, a amostra é subconjunto do universo. Nesse sentido, esse estudo teve como universo a indústria de calçados com 800 funcionários e com uma população de 50 costureiros para uma amostra de 26, sendo que a população e amostra dos gestores foram em número de 4.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os costureiros são 80% do sexo Feminino, 65% com idade entre 26 e 35 anos, 54 % possuem nível médio completo e 27%, nível superior incompleto. Enquanto aos gestores, são profissionais polivalentes e facilitadores responsáveis pelos setores de corte, montagem e de costura. 75% possuem nível médio completo e ensino superior incompleto, são do sexo masculino, com acima de 26 anos; desses, 25% têm idade entre 26 e 35 anos.

Quanto ao tempo de trabalho, 31% dos costureiros têm mais de dez anos na empresa e na mesma função. Dos gestores, 50% têm de seis a dez anos na empresa e menos de um ano na mesma função.

Sobre o estilo e organização do trabalho, foram questionados sobre a jornada de trabalho e possíveis riscos à saúde. Costureiros e gestores trabalham 44 horas semanais, dentro dos padrões definido pela legislação brasileira na qual a duração do trabalho normal não pode ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. (CF 1988, Art. 7º, inciso XIII; CLT, Art. 58), 62% às vezes fazem horas

extras.

Entre os fatores de risco identificados, 65% dos costureiros apontaram, entre outros, fatores que podem contribuir para problemas de coluna, circulação, dor nas costas e nos braços, lesões por esforços repetitivos (LER) e problemas relacionados com o uso de cola foram os mais observados pelos profissionais.

A existência de possíveis riscos provenientes das condições e/ou local de trabalho para a saúde do profissional mostrou que aqueles que percebem que os fatores mais preocupantes são próprios da realização das tarefas.

Conforme Pereira (2014), existem várias causas de doença ocupacionais e acidentes de trabalho, entre elas podem ser citadas: o trabalho em si, as condições de trabalho, a natureza do trabalhador, horas excessivas de trabalho, ruídos, falta de iluminação, tédio e outros fatores relacionados ao trabalhador, como imaturidade. Silva, Oliveira e Zambroni-de-Souza (2011) ao realizarem uma pesquisa em uma indústria do mesmo seguimento no Estado da Paraíba, concluíram que as condições de trabalho contribuíram para doenças em número expressivo de empregados.

Como possíveis soluções para amenizar ou eliminar os riscos indicados pelos costureiros, eles sugeriram o uso de uma cola menos tóxica, aumento dos exercícios nos intervalos e a diminuição do ritmo de trabalho.

Quanto os questionados sobre a existência, condição e uso dos EPI's, atuação da CIPA, treinamento sobre segurança, e afastamento por mais de 15 dias em 2014 por conta de acidente do trabalho, na visão dos gestores o ambiente de trabalho é perfeito, confortável, e seguro, existe atuação efetiva da CIPA, e todos usam os EPI's, caso alguém se recusar a usar será punido com advertência. Quanto à participação em treinamento sobre segurança no trabalho, somente 50% participou pelo menos uma vez.

As respostas dos costureiros convergiram em alguns pontos, mas, 46% discordam sobre a segurança do ambiente de trabalho, e 69% afirmaram já ter participado de algum tipo treinamento sobre proteção, saúde do trabalhador e segurança no trabalho. Quanto às condições dos EPI's, 27 % concordaram que são adequados e 60%, que são perfeitos.

Sendo o processo de higiene no trabalho envolve tanto a análise quanto o controle das condições que as empresas influenciam o comportamento humano conforme (CARVALHO; NASCIMENTO; SERAFIM, 2012), a situação de bem-estar dos costureiros, de acordo com suas respostas, não é a mesma dos gestores. Reforçando o pensamento de Freire (2008) e Magalhães (2013) no qual o ambiente de trabalho é visto como um meio social favorável à boa saúde do trabalhador, ou ao contrario, dependendo do modo como ele é preparado para as atividades.

Todos os gestores e 35% dos costureiros indicaram como investimento em saúde do profissional, a prática de ginástica laboral nos intervalos, lembretes sobre a segurança no trabalho e contribuição com um percentual do valor em consulta e exames médicos.

Indagados sobre as possíveis melhorias, os costureiros foram unânimes em colocar como pontos principais a diminuição da cobrança por aumento da produção, aumento tempo de intervalo de 5 para dez minutos e existência de um plano de saúde.

Sobre os fatores motivadores para se fazer algum tipo de investimento, os gestores concordaram que o melhoramento da produção é o fator principal para se investir na saúde do trabalhador, uma vez que o ambiente de trabalho adequado e com melhores condições trabalho além de uma melhor saúde do empregado, a produtividade e os lucros também são valorados.

As normas trabalhistas trazem uma série de medidas visando tornar o trabalho e o ambiente mais seguro, contudo, Pereira (2014) considera essas regras como condições mínimas de segurança e higiene no ambiente de trabalho. Com base nessas informações, é possível a empresa investir em programas de higiene e segurança além do que a lei exige dela.

Com relação a esses cuidados, foi questionado junto aos costureiros sobre a existência de uma equipe de saúde responsável pelo acompanhamento periódico deles no trabalho, e em caso afirmativo, se estavam satisfeitos e como eles avaliariam essa equipe, 69% dos estavam insatisfeitos com a presença de um médico e uma enfermeira apenas uma vez por mês e avaliaram como insuficiente para 800 funcionários.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com intuito de compreender a percepção da indústria quanto aos cuidados com a saúde dos trabalhadores e com o objetivo de verificar as formas de programas voltados para a saúde dos empregados perante as obrigações legais e descrever como os empregados avaliam esses métodos, a partir da abordagem teórica e da segunda parte deste trabalho, que consiste no levantamento de dados *in locu* através da aplicação de questionários, esta análise pode concluir que:

De acordo os dados apresentados e a teoria exposta, existe um pequeno investimento no bem-estar do trabalhador nesta indústria, conforme a concepção da maioria dos costureiros, o que está sendo feito é insuficiente com relação às necessidades da classe, tudo se resume em apenas um médico e uma enfermeira uma vez por mês para atender a 800 funcionários, palestras de conscientização e prevenção de acidentes no trabalho e participação com um percentual no pagamento de consulta e exames médicos para funcionários, e o oferecimento de alimentação diária.

Na verificação dos motivos que levaram a empresa a fazer esses “investimentos”, na concepção dos gestores, os cuidados com a saúde do trabalhador além de promover a seu bem-estar contribui para o aumento da produtividade. Contrariando a percepção da maioria dos costureiros, que preferem um plano de saúde.

Com relação ao ambiente de trabalho, os costureiros contrariam a opinião dos

gestores, eles entendem que o ambiente de trabalho é razoável para uma vida laboral satisfatória, mas insuficiente para manter, em longo prazo, a saúde em perfeitas condições, devido os desconfortos na forma que realizam as tarefas. Concordaram com a existência risco à sua saúde por trabalharem continuamente na mesma posição e nas mesmas atividades sem a condição básica de conforto, inclusive com cadeiras sem encosto.

Suas principais preocupações apontaram para trabalho repetitivo, o desconforto e a aceleração da produtividade. Sugerindo como possível solução, entre outros, um aumento do tempo de intervalo para de cinco para dez minutos, a compra de cadeiras com encosto, a utilização de um tipo de cola menos tóxica e uma melhoria na iluminação.

Com base nessas informações, tendo como investimento aquilo que ultrapassa as exigências legais, constatou-se que há o cumprimento dos requisitos da legislação trabalhista e um investimento em ações contributivas para prevenção da saúde, mesmo que seja considerado pequeno na opinião dos costureiros. Sendo que, por representar a empresa em estudo, a opinião dos gestores representa a percepção da desta: o investimento visa contribuir com a saúde dos empregados focando também um aumento produtivo.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Eduardo; CHIAVEGATTO, Claudia Vasques. Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador no Brasil: oportunidades e desafios. Rev. bras. Saúde ocup, São Paulo, v.38, n.127, p.11-30, 2013.

BRASIL. Consolidação das leis do trabalho Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del_5452 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del_5452.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <[http://www. planalt o.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 14 set 2015

_____. CIPA. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/delegacias/pr/cipa-comissao-interna-de-prevencao-de-acidentes-nr-5.htm>> Acesso em: 14 de out. 2014

_____.LEI nº 6.321, de 14 de abril de 1976. Disponível em: <http://www.planalto .gov.br/ ccivil_03/leis/l6321.htm> Acesso em: 10 de out. 2014.

_____.MTE. Legislação Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/> Acesso em: 20 de out. 2014.

_____. PORTARIA n.º 24, de 29 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://port al. mte.gov. br/ data/files/FF8080812BE914E6012 BEA45527A1 51A / p_19941 229_2 4.pdf> Acesso em: 12 de out. 2014.

_____. PORTARIA nº 589, de 28 de abril de 2014, Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A45B266980145CD3385DE619A/Portaria%20n.%C2%BA%20589%20%28notifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20acidentes%29.pdf>> Acesso em: 12 out. 2014.

_____. Norma Regulamentadora nº. 5, Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/>

files/8A7C812D311909DC013167864_1482340/nr_05.pdf> Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Norma Regulamentadora nº. 26, Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31190C1601312A0E15B61810/nr_26.pdf> Acesso em: 15 out. 2014.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica. 2. ed. ampli. São Paulo: Pearson Makron books, 2000.

BOUDREAU, Jonh, W; MILKOVICH, George T. Administração de recursos humanos. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BENEVIDES-PREREIRA, Ana Maria Tereza, O Estado da Arte do Burnout no Brasil. Rev. Eletrônica InterAção Psy. Ano 1, nº 1. p. 4-11 Ago. 2003.

CARTILHA DE ERGONOMIA NA INDÚSTRIA CALÇADISTA: diretrizes para segurança e saúde do trabalhador / ABICALÇADOS ; FETICVERGS; Ministério do Trabalho e Emprego. – Novo Hamburgo: Feevale, 2011.

CARVALHO, Antônio Vieira de; NASCIMENTO, Luiz Paulo do; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. Administração de recursos humanos. 2. ed. rev. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

CERVO, Amaro Luiz; BERVIAN, Pedro, Alcino. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: O capital humano das organizações. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

DIAS, Elizabeth Costa; LACERDA E SILVA, Thais. Contribuições da atenção primária em saúde para a implementação da política nacional de saúde e segurança no trabalho (pnsst). Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, v.38, n.127, p. 31-43, 2013.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

EBDA. Disponível em: <<http://ebdacruz.blogspot.com.br/>> Acesso em: 16 de nov. 2014.

FREIRE, Paula Ariane. Trab. Assédio Moral E Saúde Mental Do Trabalhador Trab. Educ. Saúde, v. 6 n. 2, p. 367-380, jul./out.2008.

IBGE 2010, Disponive em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&co_dmun=290980&idtema=16&search=bahialcruz-das-almaslsintese-das-informacoes> acesso em: 29 de out. 2014.

LARA, Ricardo. Saúde do Trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2011.

LUCENA, Maria Diva da Salete. Planejamento de Recursos Humanos. 11. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Caroline Lemos, et al. Equipamentos de Proteção Individual: a perspectiva de trabalhadores que sofreram queimaduras no trabalho. Rev Enferm UFSM, Santa Maria, 3(Esp.): p.

668-678. 2013.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. _____.: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

NOGUEIRA, et al. As pessoas na organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.

PEREIRA, Maria Célia Bastos. RH essencial. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

Programa de Alimentação do Trabalhador. Disponível em: <http://assertbrasil.com.br/wp-content/uploads/2011/03/PATfolde.pdf>> Acesso em: 12 de out. 2014.

RIBEIRO, Fátima Sueli Neto. Vigilância em Saúde do Trabalhador: a tentação de engendrar respostas às perguntas caladas. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, v.38 n.128, p. 268-279, jan. 2013.

SATO, Leny. Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas, Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.18, n.5: p. 1147-1166, set-out, 2002.

SILVA, Edil Ferreira da.; OLIVEIRA Keila Kaionara Medeiros de,; ZAMBRONI-DE-SOUZA, Paulo César. Saúde mental do trabalhador: o assédio moral praticado contra trabalhadores com LER/ DORT. Rev. bras. Saúde ocup., São Paulo, v.36 n.123, p. 56-70, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, Fernando de Oliveira, et al. Segurança do trabalho: A persistência de acidentes diante das políticas de prevenção. V Congresso Nacional De Excelência Em Gestão. Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade, Niterói, RJ, Brasil, p. 2- 4, jul, 2009.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-95-6



9 788585 107956